

20
24
SEGUNDA
EDIÇÃO

JOSÉ LUIZ
DE MOURA **FALEIROS**
JÚNIOR

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIGITAL

PROPOSIÇÕES PARA O
APERFEIÇOAMENTO DO REGIME
JURÍDICO ADMINISTRATIVO NA
SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

ATUALIZADO CONFORME
A LEI 14.129/2021

2024 © Editora Foco
Autor: José Luiz de Moura Faleiros Júnior
Diretor Acadêmico: Leonardo Pereira
Editor: Roberta Densa
Assistente Editorial: Paula Morishita
Revisora Sênior: Georgia Renata Dias
Capa Criação: Leonardo Hermano
Diagramação: Ladislau Lima e Aparecida Lima
Impressão miolo e capa: FORMA CERTA GRÁFICA DIGITAL

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

F187a Faleiros Júnior, José Luiz de Moura
Administração pública digital: proposições para o aperfeiçoamento do Regime Jurídico Administrativo na sociedade da informação / José Luiz de Moura Faleiros Júnior. - 2. ed. - Indaiatuba, SP : Editora Foco, 2024.
496 p. ; 17cm x 24cm.
Inclui índice e bibliografia.
ISBN: 978-65-5515-908-0
1. Direito. 2. Direito administrativo. 3. Administração pública digital. 4. Regime Jurídico Administrativo. I. Título.
2023-2322 CDD 341.3 CDU 342.9

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índices para Catálogo Sistemático:

1. Direito administrativo 341.3
2. Direito administrativo 342.9

DIREITOS AUTORAIS: É proibida a reprodução parcial ou total desta publicação, por qualquer forma ou meio, sem a prévia autorização da Editora FOCO, com exceção do teor das questões de concursos públicos que, por serem atos oficiais, não são protegidas como Direitos Autorais, na forma do Artigo 8º, IV, da Lei 9.610/1998. Referida vedação se estende às características gráficas da obra e sua editoração. A punição para a violação dos Direitos Autorais é crime previsto no Artigo 184 do Código Penal e as sanções civis às violações dos Direitos Autorais estão previstas nos Artigos 101 a 110 da Lei 9.610/1998. Os comentários das questões são de responsabilidade dos autores.

NOTAS DA EDITORA:

Atualizações e erratas: A presente obra é vendida como está, atualizada até a data do seu fechamento, informação que consta na página II do livro. Havendo a publicação de legislação de suma relevância, a editora, de forma discricionária, se empenhará em disponibilizar atualização futura.

Erratas: A Editora se compromete a disponibilizar no site www.editorafoco.com.br, na seção Atualizações, eventuais erratas por razões de erros técnicos ou de conteúdo. Solicitamos, outrossim, que o leitor faça a gentileza de colaborar com a perfeição da obra, comunicando eventual erro encontrado por meio de mensagem para contato@editorafoco.com.br. O acesso será disponibilizado durante a vigência da edição da obra.

Impresso no Brasil (08.2023) – Data de Fechamento (08.2023)

2024

Todos os direitos reservados à
Editora Foco Jurídico Ltda.
Rua Antonio Brunetti, 593 – Jd. Morada do Sol
CEP 13348-533 – Indaiatuba – SP
E-mail: contato@editorafoco.com.br
www.editorafoco.com.br

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	V
NOTA DO AUTOR À 2ª EDIÇÃO.....	IX
PREFÁCIO À 1ª EDIÇÃO.....	XV
APRESENTAÇÃO.....	XXI
INTRODUÇÃO.....	I
CAPÍTULO 1 – O DIREITO PÚBLICO NA HISTÓRIA: DO ESTADO LIBERAL À SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO.....	9
1.1 O Estado medieval e a irresponsabilidade absoluta.....	9
1.2 O nascimento do direito administrativo e sua construção nos Séculos XVII e XVIII.....	12
1.2.1 A Era das Reformas.....	13
1.2.2 O ‘espírito das leis’, de Montesquieu.....	14
1.2.3 O contrato social, de Rousseau.....	17
1.2.4 O <i>Rechtslehre</i> , de Kant.....	19
1.2.5 Os paradoxos da transição.....	21
1.3 Sobre a liberdade e o Estado Liberal.....	23
1.3.1 Autonomia da vontade e a autodeterminação individual.....	26
1.3.2 Da liberdade antiga à liberdade moderna frente ao sistema conceitual de Hegel.....	27
1.3.3 Notas sobre as influências de Bentham e Mill.....	29
1.3.4 O Estado ‘orgânico’ de von Gierke e a superação das teorias civilistas ..	31
1.4 Novas propensões ideológicas e a formação do Estado Social.....	35
1.4.1 Da Primeira Revolução Industrial ao apogeu do Estado social.....	36
1.4.2 A Segunda Revolução Industrial e o avanço do socialismo.....	38
1.4.3 Democracia e massificação no Estado de direito.....	41
1.4.4 O papel do Estado no controle da liberdade econômica.....	42
1.5 O Estado pós-social e seus impactos.....	46

1.5.1	Um direito privado constitucional?.....	48
1.5.2	O período das ‘descodificações’ e seus influxos	50
1.5.3	Para além da ‘nova’ Administração Pública.....	52
1.6	O irrefreável avanço tecnológico do Século XX: do transistor ao <i>microchip</i>	55
1.6.1	A Terceira Revolução Industrial e o surgimento da informática	57
1.6.2	Uma sociedade da informação vislumbrada na década de 1960?.....	59
1.6.2.1	Os contributos de Fritz Machlup, nos Estados Unidos da América	61
1.6.2.2	Os contributos de Yoneji Masuda, no Japão.....	62
1.6.2.3	A <i>giuscibernetica</i> , de Mario G. Losano.....	63
1.7	Dilemas de um descompasso anunciado.....	66
1.7.1	A nova ‘galáxia’ da Internet	68
1.7.1.1	A sociedade pós-industrial de Daniel Bell.....	68
1.7.1.2	A sociedade em rede, de Jan van Dijk e Manuel Castells....	69
1.7.1.3	Informação e o mercado, segundo Herbert Schiller	70
1.7.1.4	Informação e democracia, segundo Jürgen Habermas	71
1.7.1.5	Informação, reflexividade e vigilância, de Anthony Giddens a David Lyon	76
1.7.2	A Quarta Revolução Industrial na trilha da Internet das Coisas	78
1.8	O crepúsculo de uma nova era (e de uma ‘Administração Pública digital’).....	80
1.8.1	Como tutelar os interesses do <i>homo deus</i> ?.....	83
1.8.2	Os ‘impérios da comunicação’	83
1.8.3	<i>Black box society</i> : a impotência estatal frente ao poder algorítmico	85
1.8.4	Para além do ‘governo eletrônico’	87
1.9	Conclusões parciais: enfim, o ‘governo digital’	88
CAPÍTULO 2 – DA LEGALIDADE PARA A GOVERNANÇA: IMPACTOS DO COMPLIANCE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIGITAL		93
2.1	O princípio da legalidade no contexto da segurança jurídica.....	95
2.1.1	O direito administrativo constitucionalizado.....	96
2.1.2	Novos parâmetros para a legalidade na sociedade da informação.....	97
2.2	Consequencialismo jurídico e o papel da nova reforma à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.....	100
2.2.1	O rigor metodológico do viés consequencialista.....	103
2.2.2	Propensões ao aprimoramento administrativo para além do consequencialismo	106
2.3	O <i>compliance</i> no setor público	108

2.3.1	Revisitando a <i>theory of the firm</i>	109
2.3.2	FCPA, SOx e o combate à corrupção.....	111
2.3.3	Governança e tomada de decisões na legislação brasileira.....	116
2.3.3.1	Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992)	117
2.3.3.2	Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (Decreto nº 3.678/2000).....	118
2.3.3.3	Criminalização da lavagem de capitais e criação do COAF (Lei nº 9.613/1998).....	119
2.3.3.4	Implementação de controles internos (Resolução nº 2.554/1998 do Banco Central do Brasil).....	120
2.3.3.5	A Resolução nº 3.198/2004 do Banco Central do Brasil.....	120
2.3.3.6	A Circular nº 3.461/2009 do Banco Central do Brasil.....	120
2.3.3.7	Lei de Defesa da Concorrência (Lei nº 12.529/2011).....	121
2.3.3.8	Lei Anticorrupção brasileira (Lei nº 12.846/2013) e seus regulamentos (Decreto nº 8.420/2015 e Decreto nº 11.129/2022).....	122
2.3.3.9	A política de governança da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional (Decreto nº 9.203/2017)..	125
2.3.3.10	A governança de dados no âmbito federal (Decretos nº 10.046/2019 e nº 10.047/2019).....	129
2.3.3.11	Lei do Governo Digital (Lei nº 14.129/2021).....	132
2.3.3.12	Estratégia Nacional de Governo Digital (Decreto nº 11.260/2022).....	144
2.4	A reinserção da ética nos afazeres estatais: notas sobre a ‘boa’ Administração Pública.....	147
2.4.1	Responsabilidade (<i>Accountability</i>).....	153
2.4.1.1	Política.....	155
2.4.1.2	Administrativa.....	156
2.4.1.3	Profissional.....	162
2.4.1.4	Democrática.....	165
2.4.2	Legalidade (<i>Legality</i>).....	169
2.4.3	Integridade (<i>Integrity</i>).....	171
2.4.4	Responsividade (<i>Responsiveness</i>).....	174
2.5	<i>Big data</i> e a governança da complexidade.....	175
2.5.1	Controle público e governança na sociedade da informação.....	179
2.5.2	Portais de transparência e interatividade.....	182
2.5.3	O cibercidadão na centralidade sistêmica.....	186

2.6	Conclusões parciais – A legalidade catalisada pela governança: o (efetivo) <i>compliance</i> público a partir da Eticidade.....	189
CAPÍTULO 3 – NOVAS IMPOSTAÇÕES PARA A IMPESSOALIDADE E PARA A MORALIDADE: CIDADANIA DIGITAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CONSENSUAL..		193
3.1	Cidadania no século XXI: impessoalidade e moralidade realçadas.....	193
3.2	Impessoalidade e consensualização: reaproximando cidadãos e Estado.....	199
3.2.1	Tecnologia e os instrumentos essenciais de participação popular.....	204
3.2.1.1	Plebiscitos e referendos virtuais.....	204
3.2.1.2	Audiências públicas e webconferências.....	213
3.2.1.3	Mediação e arbitragem na Internet.....	221
3.2.1.4	Cogestão, delegação atípica e as novas tecnologias.....	227
3.2.1.5	Acordos substitutivos como smart contracts.....	229
3.2.2	Impessoalidade e a participação coletiva: novos matizes de engajamento popular.....	232
3.2.3	Redes e cibercidadania ativa.....	240
3.3	Moralidade, controle popular e a legitimidade das decisões estatais.....	241
3.3.1	Moralidade administrativa e a inovação pública.....	246
3.3.2	Consensualização, discricionariedade e concertação administrativa..	250
3.4	Interesse público vs. interesse privado e a transição para a consensualidade..	256
3.5	O necessário reforço à legitimidade das decisões a partir da tecnologia.....	263
3.6	Consensualização na lei do governo digital.....	269
3.7	Conclusões parciais – Tecnologia e consensualização: uma nova leitura a partir da Socialidade no direito administrativo.....	272
CAPÍTULO 4 – ULTRAPASSANDO AS PERICLITÂNCIAS DA PUBLICIDADE E DA EFICIÊNCIA: PROCEDIMENTALIZAÇÃO, GESTÃO DE RISCOS E TRANSPARÊNCIA NA GOVERNANÇA DIGITAL.....		279
4.1	Governo eletrônico, digital e de performance: breves notas terminológicas ...	282
4.1.1	Abrangência e controle da governança digital.....	287
4.1.2	Percalços para o efetivo implemento das TICs.....	290
4.1.3	Perspectivas de aplicação para a Administração Pública digital.....	292
4.1.4	Do <i>e-government</i> para a <i>e-governance</i>	294
4.1.5	<i>E-future?</i>	296
4.2	Os perigos da tecnocracia.....	299
4.3	Políticas públicas, direitos fundamentais e cibercidadania.....	303
4.3.1	Acesso à Internet como direito fundamental.....	303

4.3.1.1	Internet, cidadania e políticas públicas.....	306
4.3.1.2	O acesso à Internet e a formação da identidade digital.....	309
4.3.1.3	Os direitos humanos e o cibercidadão conectado	311
4.3.2	Educação digital e a difusão do saber tecnológico	315
4.3.3	Segurança jurídica, regulação e a superação da ‘digital divide’	321
4.3.3.1	Liberdade econômica e inovação	323
4.3.3.2	Análise de Impacto Regulatório (AIR)	326
4.3.3.3	Liberdade econômica e regulação das novas tecnologias....	329
4.3.4	Vigilância urbana, tecnologias de rastreamento e direito à cidade.....	335
4.3.4.1	O direito à cidade na sociedade da informação.....	339
4.3.4.2	‘Smart cities’, proteção de dados pessoais e cibercidadania.	342
4.3.4.3	Controle urbano e sistemas de videomonitoramento	346
4.3.4.4	Sistemas de rastreamento por localização georreferencial em ‘smart cities’	349
4.3.4.5	Drones e poder de polícia.....	354
4.4	Novos sentidos para o princípio da publicidade.....	357
4.4.1	Compliance e transparência como postulados da governança digital..	364
4.4.2	Publicidade e a tecnologia blockchain	368
4.5	Revisitando o princípio da eficiência na Internet das Coisas.....	370
4.5.1	Perspectivas e percalços do uso da Inteligência Artificial (IA).....	379
4.5.2	Inovação pública e os limites da técnica	383
4.5.3	Sistemas de inteligência artificial, o Judiciário e o GPT-4	386
4.6	Conclusões parciais – Uma migração do ‘governo eletrônico’ para a ‘Administração Pública digital’: a procedimentalização eficiente a partir da Operabilidade.....	389
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		393
REFERÊNCIAS.....		405